

Entrevista com o embaixador cessante da Guiné-Bissau

Os receios da instabilidade regional

PÚBLICO, 12.2.96

Jorge Heitor

O representante cessante de Bissau em Portugal disse-nos que o seu país está já a braços com uma vaga de refugiados resultante da instabilidade na Libéria e na Serra Leoa. Defendeu a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa e referiu a visita oficial que o Presidente Nino Vieira deverá fazer ao seu homólogo Jorge Sampaio.

Adelino Mano Queta, de 54 anos, vai esta semana ocupar o lugar de embaixador da Guiné-Bissau nas Nações Unidas, com assento no Conselho de Segurança, depois de durante três anos e cinco meses haver desempenhado idêntico lugar em Lisboa. A partida, deixou-nos um retrato do seu país. E falou-nos também do esforço efectuado para a legalização de perto de 30 mil cidadãos guineenses que trabalham em Portugal. Segue-se o essencial da entrevista.

PÚBLICO — Neste período, a partir de 1992, a Guiné-Bissau evoluiu um bocado...

ADELINO MANO QUETA — Politicamente, houve uma evolução positiva, nomeadamente na área da democratização. Passámos do sistema monopartidário ao multipartidário, com eleições legislativas e presidenciais, que foram consideradas tanto pela imprensa nacional como internacional transparentes, honestas e com base 100 por cento democráticas.

P. — Mas a realização de eleições não é tudo. O nível de vida das populações nem sempre melhora

pelo simples facto de se ir às urnas.

R. — É preciso melhorar o sistema educacional, o sistema de saúde e, essencialmente, o sistema produtivo.

P. — Como caracteriza, nesta altura, a economia da Guiné-Bissau?

R. — Antes das eleições houve estagnação e paralisia da administração pública; mas depois o novo Governo deu um incentivo à retoma das actividades produtivas. Os nossos países sofrem de certas carências, que não dependem apenas da vontade do Estado e do Governo para a sua supressão. Por um lado, podemos invocar o aspecto climático. A capacidade de produção depende da pluviosidade; e houve uns anos em que a falta de chuva afectou bastante a produção agrícola.

P. — A produção básica continua a ser a mancarra (amendoim)?

R. — Como produção de exportação é. Mas também se produz o arroz, produto principal para a alimentação e que não é suficiente para abastecer o mercado, o que implica dispendio de grande quantidade de divisas para aquisição no exterior.

P. — Além da mancarra, o que é que mais poderão exportar?

R. — A castanha de caju, a mandioca, a batata doce, a madeira.

P. — Chegou a haver a esperança de haver petróleo nas águas guineenses...

R. — A zona onde se presume existir é contestada, mas houve um acordo com o Senegal e foi criada uma agência que vai fazer o possível para preparar uma eventual exploração petrolífera.

P. — Também têm jazidas de bauxite.

R. — A sua exploração implica porém grandes despesas com infra-estruturas.

P. — Outro dos vossos recursos económicos é constituído pelas pescas.

R. — Tivemos acordos com determinados países que não

deram os resultados que se esperava; mas agora a nossa principal fonte de receitas em divisas vem justamente das pescas, tanto da concessão de licenças ao abrigo de acordo estabelecido com a União Europeia, como de algumas empresas mistas, criadas essencialmente com Portugal.

P. — Têm uma grande dívida externa?

R. — Hoje em dia quase todos os países africanos têm um grande peso da dívida e dos serviços a que a dívida é sujeita. Temos um montante bastante elevado de juros a pagar pela dívida contraída.

P. — Quais são os vossos principais parceiros económicos?

R. — Em primeiro lugar Portugal. Depois, Índia, Paquistão, Suécia.

P. — A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) nem sempre tem sido muito efectiva?

R. — O intercâmbio comercial entre os seus países não ultrapassa os cinco por cento. E continuam a dar preferência às antigas potências colonizadoras.

P. — A instabilidade política na Libéria, na Serra Leoa e na República da Guiné assusta-vos?

R. — Assustar não assusta, mas leva-nos a tomar as precauções necessárias, porque qualquer instabilidade num

país vizinho pode ter repercussão no nosso país, não politicamente mas no aspecto humano. Havendo instabilidade na Libéria e na Serra Leoa, nós na Guiné-Bissau já sentimos o problema dos refugiados que saem de lá. E isso aumenta o número dos desempregados.

P. — Vão aderir à zona franco?

R. — O processo está em curso.

P. — Essa eventual entrada não prejudica grandemente os vossos bons laços com Portugal?

R. — Antes pelo contrário. Hoje em dia se há um país que defende a criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é a Guiné-Bissau. Nunca tivemos dúvidas das vantagens que podem advir dessa instituição. Aumentará a nossa força no mundo. E tudo faremos para que seja concretizada este ano.

P. — Assunto a tratar decerto durante a visita que o Presidente João Bernardo Vieira efectuará a Lisboa...

R. — Virá cá depois de o novo Presidente da República Portuguesa ser empossado. Pensamos que não fique só em Lisboa e que vá também ao Norte, onde tem muitos amigos e onde há interesse em contactar os operadores económicos, para aumentar a cooperação não só institucional, mas também empresarial. ■

AOS LEITORES

- Em virtude de fatores alheios à nossa vontade - interrupção no recebimento das publicações-fonte de Notícias Africanas -, ficamos sem ter como editar este clipping, que retomamos com este número especial cobrindo os meses de janeiro e fevereiro.
- Solicitamos que atualizem ou confirmem seus endereços até 30 de abril, pois precisamos atualizar nosso cadastro.

● Angola

África Imagens

Privatizar já

O sector estatal domina ainda a economia angolana. A privatização de inúmeras empresas figura no programa económico do Governo como objectivo a alcançar para a reconstrução e revitalização económica de um país onde não existe ainda um sector privado suficientemente preparado e capitalizado para absorver uma parte significativa das empresas públicas ainda existentes.

ÁFRICA HOJE, JAN/96

O Estado angolano prevê privatizar, até ao final do ano, cerca de cem empresas, de acordo com o programa indicativo para 1995/96 elaborado em Luanda pelo Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE). O processo compreende a privatização total, ou parcial, ou ainda a reestruturação, de empresas e sociedades dos ramos da pesca, agricultura, indústria ligeira e pesada, comércio, café, transportes, geologia e minas, petróleos, construção civil e bancos.

À frente deste programa, já aplicado a onze empresas, ligadas na sua maioria à indústria pesqueira, está o GARE, um organismo criado há cinco anos e dependente, actualmente, do gabinete do primeiro-ministro Marcolino Moco.

O avanço para as privatizações correspondeu à vontade do Governo angolano em reestruturar a sua economia, para conseguir maior eficiência e competitividade. Este ponto tem sido um dos temas fulcrais nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, encabeçadas pelo Ministério das Finanças. O FMI tem alertado o Governo para a necessidade de aplicar políticas económicas coerentes, nomeadamente a implementação de uma política cambial realista e a diminuição do défice público, no sentido da estabilização económica. Só a aplicação correcta de tais medidas permitirá a aprovação de um pedido de Angola para uso de recursos do mecanismo ESAF («Enhanced Structural Adjustment Facility») em apoio a um programa de ajustamento estrutural.

O berço das privatizações

O antigo Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) lançou as bases para a actual privatização. Os primeiros passos foram dados em 1988, com a aprovação das leis do investimento estrangeiro, das actividades económicas e das empresas.

A lei de investimentos estrangeiros, revista e actualizada em 1994, advoga que «o Governo deve promover e incentivar o investimento estrangeiro que se coadune com a prossecução do desenvolvimento económico e social do país e do bem-estar geral da população». Acrescenta que «os investimentos não deverão contrariar as estratégias de desenvolvimento económico e social definidas pelos competentes órgãos de soberania, as orientações estratégicas e os objectivos estabelecidos nos programas de políticas económicas e a legislação em vigor».

Ao abrigo da lei 15/94, «os investimentos estrangeiros poderão ser feitos por transferência de fundos do estrangeiro, aplicação de disponibilidades em contas bancárias, em moeda externa, constituídas em Angola por não residentes, importação de equipamentos,

acessórios e materiais e incorporação de créditos e outras disponibilidades do investidor estrangeiro em Angola, susceptíveis de serem transferidos para o exterior nos termos da legislação cambial, incorporação de tecnologias». Alterada em Agosto de 1994, a lei das privatizações veio dar novo impulso ao processo. O objectivos fundamentais das privatizações são o aumento da eficiência, da produtividade e da competitividade da economia das empresas, a redução do peso do Estado, o desenvolvimento do sector privado, o fomento empresarial e possibilitar a participação de cidadãos angolanos na titularidade de capital social das empresas.

Báscula baixa nos diamantes

É por demais sabido que a ascensão de Angola à independência significou a transição de um regime de economia aberta e de mercado para um sistema de planificação central fortemente dependente do Estado. Os confiscos e as nacionalizações foram o primeiro passo nesse sentido, e, quando chegou o momento de mudar, viu-se que o Estado detinha um fardo bastante pesado de empresas paralisadas, ou semi paralisadas, que só corroiam os cofres do orçamento ao invés de proporcionarem receitas, oferta de produtos e empregos.

No decurso dos últimos 20 anos, e como vem sublinhado no Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional (PRCRN), quase todos os sectores da economia, com excepção do petróleo, conheceram uma séria retraction em termos das suas capacidades de produção e do valor acrescentado, particularmente após o reacender da guerra em 1992.

A exploração de diamantes - a segunda fonte divisas depois do petróleo - registou uma baixa significativa da produção oficial, com 46 mil quilates em 1993 contra 2,4 milhões em 1971, devido ao abandono, pelas empresas mineiras, dos centros de exploração por causa dos perigos da guerra.

As indústrias manufatureiras foram as mais prejudicadas, devido ao desaparecimento das fontes nacionais de matérias-primas, aos constrangimentos macro-económicos e à destruição física de instalações nos centros industriais do interior do país, como Huambo e Ma-

lanje.

A revitalização da economia, num país com grandes carências todos os níveis, obrigou à reorganização do tecido produtivo e, neste sentido, a privatização de inúmeras empresas estatais é um factor determinante.

Empresas pesqueiras no mó de cima

O actual programa em curso compreende a privatização de 11 empresas de pesca, 16 do sector do comércio, 17 da construção civil, quatro do ramo do café, 12 dos transportes, 14 da indústria, 10 da agricultura, três do sector mineiro e quatro de abastecimento de água e electricidade (ver quadros). Até ao momento, as privatizações incidiram, sobretudo, nas empresas de pesca baseadas nas províncias de Benguela, Namibe, as mais produtivas do ramo.

Em todo este processo, um especial destaque vai para a privatização parcial de dois bancos, o Banco do Comércio e Indústria (BCI) e o Banco de Poupança e Crédito (BPC). O BCI é o exemplo mais bem sucedido de criação de um banco comercial completamente estatal. O seu capital social é detido pelo Banco Nacional de Angola (BNA), em representação do Estado como accionista maioritário, e pelas empresas estatais Sonangol, Angonave (linhas marítimas), Porto de Luanda, TCUL (Transportes Públicos de Luanda) e a cervejeira Nocal. Há muito que se espera pelo arranque do processo de privatização deste banco, em que estão interessados algumas instituições financeiras de Portugal e de França. Quanto ao BCP, é um banco virado para a poupança das populações que iniciou a sua actividade antes da independência, e é neste momento o que detém a maior rede de balcões no país.

Em contacto com a África Hoje, fonte governamental em Angola não concretizou a privatização, para já, e mesmo que parcial, da principal empresa pública, a sociedade petrolífera Sonangol. Mas a Roremina e a Minaquartzto, no sector mineiro, e a Cafangol e a Procafé, do ramo cafecola, a terceira fonte de receitas do país, estão abertas à privatização.

O programa indicativo para 95/96 prevê a reestruturação e privatização de 93 empresas, sendo 79 privatizações totais ou parciais, e 14 processos de estruturação (ver quadros). Os sectores preferidos pelos empresários angolanos são, apurou a África Hoje, o comércio, a hotelaria e a indústria alimentar.

O programa do Ministério da Indústria

Definido desde a independência como o factor decisivo da economia angolana, a indústria, à excepção do poderoso sector dos petróleos, foi fortemente

abalada pelos efeitos da guerra, quebras na produção devido ao estado obsoleto dos equipamentos, falhas no fornecimento de matérias-primas e escassez de investimentos.

Praticamente paralisada, inclusivé nos principais centros, como Luanda, Huambo, Benguela, Lobito e Lubango, a indústria angolana espera a celebração de contratos de reabilitação e gestão.

Apesar da polémica que algumas vezes envolve a celebração destes contratos, a verdade é que a lei diz que o «contrato de gestão não é considerado operação de privatização, ficando, porém, a validade deste contrato sujeito ao parecer favorável do GARE e à homologação do ministro das Finanças».

O relatório de actividades de 1995 do Ministério da Indústria angolano destacou a celebração de contratos de gestão e reabilitação com as empresas «Provident SA» e «First Metallic Products», para a Siderurgia Nacional, e com a francesa BGI para a cervejeira Caca. Simultaneamente, a companhia holandesa de cerveja Heineken aumentou a sua participação na Nocal, e os Estaleiros Navais do Lobito (Estalnav) passaram para a gestão da portuguesa Lianave. Está em fase de criação, pelas duas empresas, a Lobinave. Enquanto isso, nas províncias da Huíla e Cuanene, grande parte das empresas de moagem e panificação são geridas pela «Namibe Milla», uma sociedade de capitais namibianos. A Mabor de Portugal ficou encarregada da gestão da Mabor de Angola.

Em preparação estão contratos de gestão e reabilitação para os refrigeradas Victória, em Luanda, a fábrica de liofilização de café Liangol, a companhia de plásticos Cipal e a fábrica de motorizadas Fabimor. Em preparação está também um concurso público para a África Têxtil, uma fábrica de tecidos localizada em Benguela, e espera-

se um investimento estrangeiro na indústria açucareira através da britânica Lenthro, que poderá constituir uma «joint-venture» com a Osuka da Catumbela (província de Benguela).

Os objectivos das privatizações enumeradas pela lei 10/94 (ver caixa) vem ao encontro da estratégia de desenvolvimento preconizada no PRCRN, apresentado em Setembro último, em Bruxelas, aos doadores internacionais, que define como objectivos «tomar o conjunto económico e social um conjunto aberto e flexível com capacidade de rápida adaptação às mudanças internas e externas, e utilizar todas as oportunidades para crescer e se desenvolver», bem como «a implementação dos meios de desenvolvimento humano e duráveis».

Na opinião do Governo angolano, o sector empresarial privado pode desempenhar um papel dinamizador do PRCRN, adoptando programas que incluam reformas que tenham por objectivo melhorar e facilitar a actividade do sector. ■

CONTINUA NA PÁG. SEG.

■ António Freitas

● **Ministro angolano da Administração do Território**

Valeu a pena votar?

Existem províncias a menos na divisão administrativa de Angola. Esta é a convicção de Aníbal Rocha, o ministro da Administração do Território.

Ao longo de uma entrevista exclusiva à África Hoje, este membro do governo angolano disserta sobre a extensão administrativa do Estado a todo o território nacional, conforme as determinações do Protocolo de Lusaka, aborda com destaque o aumento dos poderes do seu ministério e perspectiva a revisão das leis sobre o poder local e autarquias.

O ministro diz que não tem sido convenientemente aproveitado o poder que as autoridades tradicionais exercem, e que as consequências da guerra surgida após as eleições de Setembro de 92 causaram traumas numa população que, muito provavelmente, não quer agora ouvir falar em eleições.

Nascido em Julho de 1948, em Macocola, província do Uíge, Aníbal Rocha pode dizer que espelha o perfil do quadro ligado à carreira da administração pública. Começando como funcionário público em 1971, nos serviços de finanças, foi, após a independência, comissário (administrador) comunal e municipal de Mbanza Congo, província do Zaire, onde posteriormente exerceu as funções de comissário provincial adjunto e comissário provincial. Dirigiu depois a província do

Uíge, onde o reacender da guerra em 1992 o obrigou a ir para Luanda, sendo mais tarde nomeado ministro da Administração do Território.

Extinguir os traumas das eleições

Senhor ministro, como se processará a reposição da administração do Estado nas regiões ocupadas pela UNITA?

Conforme estabelece o Protocolo de Lusaka, a reposição da administração do Estado terá lugar logo que ocorra o aquartelamento, e as Nações Unidas informem o governo que estas áreas estão seguras para a livre circulação de pessoas e bens.

Então será o momento de aparecer o Ministério da Administração do Território. O programa tem várias vertentes e visa não só fixar e repor as autoridades e



a legalidade, mas também criar as infra-estruturas básicas de apoio às populações, como escolas, centros médicos, abastecimento de água e energia eléctrica, residências e unidades de produção agrícola para a auto-suficiência alimentar.

Mas este projecto precisa de verbos para a criação de condições de funcionamento. Como encara este problema?

Em relação às infra-estruturas, principalmente as sociais, o programa de reabilitação comunitária já prevê a sua efectivação. Outras, obviamente, serão da responsabilidade do Estado, nomeadamente o que chamamos de «Kit» do administrador, que é um conjunto de bens e equipamentos para ele funcionar. Neste último caso, existe um orçamento gerido pelo órgão coordenador do processo de paz,

que será alocado ao ministério logo que as condições para a reposição da administração do Estado estejam criadas.

O que está o MAT a preparar sobre o poder local?

Os artigos 145, 146 e 147 da Lei Constitucional definem os órgãos da administração local. É assim que, após estudos que foram feitos, temos um pacote legislativo que será apreciado num seminário com os governos provinciais e entidades competentes, para aprovação posterior pelo Governo e pela Assembleia Nacional. Concretamente, posso adiantar que existem duas peças fundamentais. Primeiro, a Lei Quadro da Administração Local. A nossa Lei Constitucional define

CONTINUA NA PÁG. SEG.

Congresso de Sobas

O poder das autoridades tradicionais não tem sido devidamente explorado em Angola. De acordo com o ministro da Administração do Território, existem 25 mil autoridades, entre sobas e regedores, que ganham dinheiro e recebem fardamento do Estado sem que as suas capacidades administrativas sejam aproveitadas na devida medida.

Neste sentido, está a ser preparado um congresso sobre as autoridades tradicionais, que irá decorrer este ano, e em que participarão também representantes dos governos provinciais, para melhor discussão dos problemas que afectam a actuação de um grupo de pessoas que representam, de facto, o poder em qualquer país africano. A meta é transformar os sobas e regedores em agentes da administração local, e criar uma estrutura política e administrativa capaz de gerir as populações rurais. Para o efeito está já



a trabalhar um grupo técnico, que iniciou uma pesquisa cuja primeira fase terminou em 1995.

CONTINUAÇÃO DA PÁG. ANTERIOR

Programa de privatizações 95/96

Sector	Províncias	
	Luanda	Benguela
Industria	•Panga-Panga ² •Entex ² •Cometa ² •Enacma ² •Bolama ² •Metangol-Luanda ² •Transapro ² •Limoca ¹ •ETM ²	•África Textil ¹ •Refricentro ¹ •Elace ¹ •Erbe ¹ •Celulose Alto Catumbela- -Concessão Florestal

Objectivos:

- 1 Privatização
- 2 Privatização parcial
- 3 Reestruturação

Fonte: CCIPA

Sector	Província Luanda	
	Luanda	Luanda
Comércio	•Friauto ¹ •Edimbi ¹ •Etraci ¹ •Lojas Francas ¹ •Sotecma ¹ •Angodespachos ¹ •Ficom ¹ •Exportang ¹	•Anghotel ¹ •Emprotel ¹ •Angotur ¹ •Maquimport ¹ •Casa das Correias ¹ •Mecanang ¹ •Edimba/Importang ² •Ensul ¹

Sectores					
Café	Transportes	Petróleos	Geologia e Minas	Energia e Águas	Bancário
•Empresas •Territoriais ² •Cafangol ² •Procafé ² •Uigimex ²	•TAAG ¹ •C.F. Luanda ¹ •C.F. Moçâmedes ¹ •C.F. Amboim ¹ •Porto Luanda ¹ •Porto Lobito ¹ •Porto Namibe ¹ •ETP's ¹ •ETIM's ¹ •Transporte ² •Condautos ¹ •Agenang ¹	•Embal ²	•Roremina ² •Hidromina ² •Minaquartzo ²	•Epal ¹ •Ene ¹ •Edel ¹ •Encel ¹	BPC ² BCP ¹

Sector	Províncias		
	Luanda	Namibe	Kwanza Norte
Obras Públicas e Urbanismo	•Tecnotúne ¹ •Constrói ² •Unicerâmica ² •Novobra ¹ •Ruc ¹ •Enep ¹ •Ecoseng ¹ •Encoi ¹ •Instal ¹ •Fábrica de Mármore ¹ •Cerâmica Catete ¹ •Cerâmica Kibala ¹ •José Rodrigues ¹	•Empredi ¹	•Cerâmica Lucala ¹ •Cerâmica Deolinda ¹ •Rodrigues ¹ •Cerâmica Farrica ¹

Sector	Províncias		
	Luanda	Benguela	Bengo
Agricultura	•Frescangol ² •Dinaprope ² •Enama ¹ •Fábrica de Rações ¹ •Emprof ¹ •Angosementes ²	Fábrica de Rações ¹	Emabe ¹

Sector	Províncias				
	Luanda	Cabinda	Benguela	Namibe	Kwanza Sul
Pescas	•Enatip ¹ •Ermanal ¹ •Unipesca ¹ •Pescangola ¹	•Complexo de Frio ¹	•Empromar Kapiandalo ¹ •Ermanal ¹	•Complexo Somar ¹ •Empromar Kuroca ¹	•Peakwanza ² •Empromar Amboim ¹ •Empromar Ngunza ¹

■ Luis Ferreira Lopes

● Análise

Moçambique: a luz ao fundo do túnel

A economia deverá crescer 3% este ano. O governo vai liberalizar a exportação de caju. Mas, os preços dos produtos continuam a ser controlados por um cartel. A exploração de minérios e os mega-projectos no turismo podem ser a tábua de salvação. 1996 promete...

ÁFRICA HOJE, JAN/96

O novo ano é encarado com enorme expectativa pelos moçambicanos e pelos investidores estrangeiros, em especial portugueses. A "terra das novas oportunidades" tem agora uma boa hipótese de recuperar o tempo perdido em décadas de guerra para se desenvolver economicamente a grande ritmo.

No sector agro-industrial, na indústria transformadora ou no turismo, Moçambique é um mercado apetecido e com potencialidades de rápido crescimento. Nos tempos mais próximos, tudo depende de uma renovada vontade política e de um esforço institucional para limpar a imagem negativa de um dos países mais pobres do mundo e também de novo paraíso da droga, com diferenças sociais chocantes, elevada corrupção política e

infraestruturas caóticas.

A tarefa não é fácil. Estão em jogo interesses privados, de grupos mais ou menos obscuros ou de clientelas habituadas às "mordomias" da liderança política numa nação tão pobre. Este é um país "em vias de se tornar numa economia de mercado" e que, segundo afirmações recentes de Roberto Chavez, representante do Banco Mundial, "passa actualmente por uma fase de ajustamento". E as perspectivas são risonhas, apesar da cruel realidade...

Rosas e espinhos

O sector produtivo só agora dá sinais de se "reerguer das cinzas", em grande parte graças ao investimento estrangeiro. A taxa de inflação é ainda muito elevada

(70% em 1994 e cerca de 45% em 1995), apesar das promessas de controlo para 24% em 1995.

A especulação dos preços e a desvalorização do metical devem-se, em larga percentagem, ao controlo da economia por um oligopólio, como denunciou recentemente Sven von Burgdorff, conselheiro económico da Comissão Europeia. Mas, os espinhos não são suficientes para ocultar a beleza natural da rosa. Moçambique possui recursos minerais que despertam o interesse dos investidores estrangeiros. O governo prevê um crescimento de 27% da produção mineira, com destaque para o grafite, ouro e bauxite. O carvão vegetal pode também contribuir para relançar a economia do país.

As estimativas do executivo moçambicano apontam para um crescimento explosivo na indústria de materiais de construção e na produção de castanha de caju. O produto interno bruto (PIB) deverá crescer cerca de três por cento, o Metical deverá manter-se estável e a inflação poderá cair para pouco mais de 20%, segundo projecções oficiais.

"De boas intenções"...

Maputo espera também apertar o contro-

lo à fraude nas alfândegas, com o recurso a uma empresa privada internacional. Pleno de boas intenções, o governo moçambicano promete reduzir a despesa pública, aumentar as exportações e criar novos incentivos aos produtores nacionais, através de crédito mais barato.

Mas, a "dolarização" ou "randização" da economia dificilmente deverá ser invertida a curto prazo. O mercado paralelo está nas mãos de meia dúzia de empresários que dominam o comércio e manipulam, a seu belo prazer, os preços dos produtos. Um obstáculo difícil de derrubar, mesmo se houvesse vontade política para o fazer.

De acordo com afirmações recentes do especialista da Comissão Europeia ao jornal português "Diário Económico", a actuação dos oligopolistas provoca especulação ou aumento da inflação e "permite-lhes controlar o mercado dos produtos, ditando o preço exactamente nos momentos em que sabem que os consumidores vão pagar".

Ora, prossegue Sven von Burgdorff, "isso acontece quase sempre em Dezembro e Janeiro de cada ano, altura em que se registam aumentos de preços, devido a festas e disponibilidade psicológica para os consumidores pagarem muito mais do que o normal".

Privatizar em força

O desafio que, claramente, se coloca a Moçambique é aumentar as receitas e criar riqueza (melhor distribuída, se pos-

CONTINUA NA PÁG. SEG.

CONTINUAÇÃO DA PÁG. ANTERIOR

Valeu a pena votar?

dois tipos de órgãos do poder local: os órgãos desconcentrados do poder central, e as autarquias, como instituições autónomas e eleitas. Em segundo lugar, teremos a Lei Quadro sobre as autarquias locais. A este respeito queria referir que não temos as condições para aplicar esta lei.

Porquê?

O país vive uma grande instabilidade política devido à guerra despoletada após as eleições de 1992, de que resultou a existência de milhares de deslocados. Por outro lado, ainda não temos a livre circulação de pessoas e bens e existem imensas áreas por desminar. Mesmo naquelas áreas em que seria possível elegerem-se órgãos autárquicos, casos de Luanda, Benguela e Lubango, as administrações locais também foram abaladas por esta instabilidade. Há a necessidade de se revitalizarem os órgãos existentes. Temos ainda uma razão mais séria: o nosso povo ainda sente os traumas causados pela crise despoletada após as primeiras eleições. Há quem se interrogue se valeu a pena votar. É necessário que se extinga este trauma de um partido rejeitar violentamente os resultados eleitorais. De qualquer forma, temos que preparar as bases para, quando o momento certo chegar, o MAT possuir as leis necessárias. Estas são as balizas principais, mas existem outras acções, como a criação da carreira da administração territorial, com a profissionalização dos nossos administradores, e também de quadros, que funcionarão nas autarquias.

Portugal forma quadros locais. Como será feita esta formação?

Temos já acordos com algumas instituições estrangeiras, entre as quais o Centro de Estudos de Formação Autárquica de Portugal, que brevemente vai lançar os primeiros 15 quadros formados. Outros tantos estão já preparados para uma segunda acção formativa no mesmo local. Outro programa em curso é o do reforço da capacidade institucional do MAT. É nossa intenção criar o Instituto da Admi-

nistração Eleitoral, um órgão com certa autonomia de funcionamento que, no futuro, vai gerir as matérias eleitorais. Pensa-se ainda transformar a Direcção das Telecomunicações Administrativas num instituto para melhorar o circuito de informação entre as administrações, e apoiar as populações nos locais onde os serviços da Angola Telecom não se façam sentir. Por outro lado, passará para a tutela do Ministério o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, agora a funcionar na dependência do Ministério da Defesa.

Mas o senhor ministro confirma que existe a ideia de se fazer uma experiência-piloto sobre o poder autárquico no município do Lobito?

Sim e não só. Fizemos estudos em localidades onde verificámos uma evolução económica e social e em que estagnou o sistema administrativo. Este estudo foi feito nos municípios de Viana (Luanda), do Lobito (Benguela), da Chibia (Huila) e do Tombwa (Namibe). Pretendemos realizar algumas experiências nestes municípios, logo que esteja aprovada a legislação específica e antes de se expandir o poder autárquico a todo o país.

Existe algum programa de revisão do ordenamento administrativo do país? Há reclamações sobre a tutela de alguns municípios e outros que reclamam a sua passagem à categoria de províncias. O que pode adiantar-nos?

Existem muitos casos e temos uma comissão multisectorial a rever a lei 21/88. Mas é uma matéria muito sensível que exige estudos geográficos, políticos, económicos e etnológicos que nos permitam dar estes passos. Isto não é possível nas condições em que o país vive. Mas posso adiantar que existem reclamações para se criar uma província dos Ganguelas, em áreas que compreendem agora as províncias do Bié, Kuando Kubango, Cunene e Huila, de se passarem alguns municípios do Uíge para o Bengo, a própria divisão de Luan-

da... Mas estes vão dar um salto quando tivermos, dentro do MAT, o Instituto de Geodesia e Cartografia. Mas temos resolvidos alguns casos pontuais, como na Lunda Norte, em que se transferiu a capital do Lucapa para o Dundo.

Quais os motivos?

Em 1978, com a tomada pelo Estado da maior parte do capital social da Companhia de Diamantes de Angola, a antiga Diamang, hoje Endiama, houve a ideia de, como forma de melhor gerir a produção diamantífera nas Lundas, dividir-se esta região em duas províncias: a Lunda Sul e a Lunda Norte. Na Lunda Sul não tivemos problemas, pois a capital já existia, em Saurimo, mas na Lunda Norte a situação foi diferente. Pensou-se separar a capital política da económica, e, desta forma, ficou Lucapa como centro político e administrativo. Mas não foram im-

plementadas várias acções para a criação das infraestruturas no Lucapa, pelo que o Governo local teve que se instalar no Chitato, uma localidade próxima do Dundo e com infraestruturas ineficientes e inacabadas, o que dificultou o funcionamento da administração. Entretanto, a Endiama começou a desenvolver a sua sede e algumas estruturas em Luanda que retiraram ao Dundo a importância que a priori se previu. Hoje há um programa do

Governo que prevê a estabilização das regiões diamantíferas, em que a componente política prevê melhorias das estruturas administra-

Análise de candidaturas da Unita

Como é que o MAT se tem articulado com o Ministério do Planeamento nos programas de desenvolvimento regional?

O Ministério de Planeamento está preparado para conceber programas de longo prazo e, neste momento, o país vive uma situação de emergência. Obviamente que este trabalho de emergência deve ser assumido pelo MAT. É assim que, muito recentemente, o Conselho de Ministros tomou a decisão de passar para o MAT algumas funções do Ministério do Planeamento. A coordenação dos governos provinciais está a depender do MAT, em que foi nomeado um vice-ministro para acompanhar esta matéria. Mas existe um plano de cooperação entre os dois ministérios na aplicação do programa de reabilitação comunitária.

Como será a aplicação do programa de reabilitação comunitária, e que verbas vai gerir o MAT?

Em princípio isso será objecto de análise num seminário que terá lugar muito brevemente, e que será dirigido pelo primeiro-ministro. Será criada uma comissão central, apoiada por comissões provinciais, mas não posso adiantar mais pormenores porque ainda está em estudo a metodologia a aplicar.

Como será o entrosamento na administração local dos elementos da UNITA?

O que está previsto é fornecer à UNITA elementos sobre o perfil das pessoas a indicar. Serão posteriormente analisadas as candidaturas para a nomeação. Estes quadros irão integrar o grupo que será objecto de formação, para que tenham conhecimentos técnicos e profissionais mas também dos mecanismos de funcionamento da administração. ■

Nem guerra nem paz

EXPRESSO, 10.2.96

LUÍS TIBÉRIO
em Luanda

NA BAIXA luandense, o esqueleto do Hotel Turismo persiste em última «próva» da guerra civil. Os tapumes metálicos que rodeiam o hotel (que foi «sede» da UNITA na capital angolana) são o prenúncio de uma reconstrução que se diz estar para breve. Este é, afinal, o retrato de Angola no momento da «contagem final» para o aquartelamento das tropas da UNITA: o que se vive já não é a guerra, mas ainda não é a paz.

Com o processo de paz a arrastar-se neste limbo, os mil milhões de dólares prometidos pelos doadores na Mesa Redonda de Bruxelas, em Setembro, começavam até a parecer uma miragem. Foi a União Europeia a dar o primeiro passo, com a visita a Angola de Deus Pinheiro, comissário europeu responsável pelas relações com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP): Pinheiro levou um «cheque» de cerca de 63,24 milhões de ecus para apoio à reconstrução do país.

Para «demonstrar inequivocamente» que a ajuda da UE se destina a toda a Angola e não apenas a Luanda, foi na cidade de Lubango (antiga Sá da Bandeira), capital da província de Huíla, que Deus Pinheiro rubricou o financiamento do Programa de Apoio à Reconstrução e Reabilitação Comunitária (55 milhões de ecus) e do Projecto de Reabilitação do Instituto Agrário de Tchivinguuro (8,24 milhões).

Tudo pela construção da paz

Com o Programa de Reabilitação serão refeitos os sistemas de abastecimento de água em 131 comunas e 33 municípios das províncias de Huíla, Huambo, Bié e Benguela, reabilitados centros de saúde e de formação profissional, escolas e estruturas de apoio à agricultura — como afirmou, no Lubango, o ministro angolano do Planeamento, José Pedro Morais.

Morais fez questão de vincar o agradecimento do Governo pela rapidez com que a UE começou a «entregar» as

verbas prometidas em Bruxelas pela comunidade internacional. Este foi, aliás, o tom com que as autoridades receberam Pinheiro. A União Europeia «ousou» avançar quando, em Luanda, muitos diplomatas e Organizações Não-Governamentais (ONG) já admitiam um regresso das hostilidades, no caso de um falhanço do «deadline» de 8 de Fevereiro. A UE tomou a dianteira e o resultado foi visível: o oficioso «Jornal de Angola», que tratou «muito generosamente» a visita de Deus Pinheiro, escreveu, sob o título «UE honra compromisso: a Comissão Europeia cumpriu a palavra dada na mesa de doadores de Bruxelas».

Numa sucessão de encontros com o Governo, o Presidente Eduardo dos Santos, o Cardeal Alexandre Nascimento, a UNITA, o MPLA, a FNLA, os Governadores provinciais da Huíla (Kundy Paihama) e de Luanda (Justino Muteka), o enviado especial da ONU (Allune Blondin Beye), as ONG e os empresários portugueses, Deus Pinhei-

ro reiterou um acto de fé: «Não há hoje condições para fazer a guerra, mas há excelentes condições para fazer a paz». Mas insistiu num aviso: «A paz é uma condição 'sine qua non' para a ajuda internacional. E que ninguém pense que qualquer recuo pode ser compreendido seja por quem for na comunidade internacional».

Até final do ano, a União Europeia completará 100 dos 150 milhões prometidos em Bruxelas. Por isso, Pinheiro não hesitou em «cobrar» a iniciativa, pedindo mais pressa: «Já pedimos aos outros doadores que, tal como nós, disponibilizem recursos o mais depressa possível».

O recado tinha, de qualquer forma, destinatários muito próximos: ao mesmo tempo que o comissário europeu estava em Angola Brian Atwood, administrador da USAID (a agência dos Estados Unidos para a ajuda ao desenvolvimento) e líder da delegação dos EUA à

CONTINUA NA PÁG. SEG.

CONTINUAÇÃO DA PÁG. ANTERIOR

Moçambique: a luz ao fundo do túnel

sível...). Isso passa pelo desenvolvimento da estrutura produtiva, pela reprivatização de empresas controladas ineficazmente pelo Estado, e por uma maior abertura da economia ao sector privado estrangeiro.

Com estabilidade política, a locomotiva da economia já não deverá saltar dos carris e "o quadro poderá ser muito positivo na viragem do século", prevê um alto responsável do FMI. O governo aposta agora na privatização de empresas como a Enafrio (empresa de refrigeração), Companhia Vidreira, Emochá (chá), Agro-Alfa (fabrica de alfaias agrícolas), Estaleiros Navais da Beira, e Hidráulica de Maputo (irrigação e construção civil). As atenções já estão, entretanto, voltadas para a alienação de 51% do Banco Comercial de Moçambique, a partir de Junho, segundo informações da agência Lusa. Recorde-se que, desde 1992, o Estado já obteve quase dez milhões de contos de receitas provenientes das privatizações.

O executivo moçambicano quer também liberalizar totalmente, até ao final da década, a exportação da castanha de cajú. Mas esta decisão está sendo contestada pelos industriais nacionais, que receiam fortes prejuízos e o controlo, a curto prazo, da produção por parte da Índia.

Turismo para rices

Uma das soluções para o relançamento da economia poderá ser o turismo. As potencialidades naturais do país e a proximidade da África do Sul, ou de outros destinos turísticos exóticos com forte procura internacional, são o pretexto para o arranque de mega-projectos turísticos

como o de James Blanchard III, que está a ser analisado pelas autoridades moçambicanas.

O milionário norte-americano pretende atrair turistas com forte poder de compra para um gigantesco complexo turístico que engloba, inclusive, uma reserva natural, no sul da província de Maputo. É uma área de 225 mil hectares e o projecto envolve um investimento próximo dos 800 milhões de dólares.

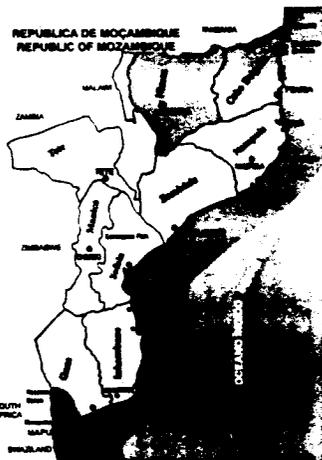
Em nome do respeito pela bio-diversidade, o empresário norte-americano quer aproveitar a reserva de elefantes de Maputo, a península de Santa Maria e parte da ilha de Inhaca, para construir hotéis de luxo, campos de golfe, marina, casinos flutuantes e reabilitar 25 mil hectares das reservas de elefantes, ligando-a às reservas fronteiriças sul-africanas de Kwazulu-Natal.

Blanchard sonha também com um comboio a vapor que percorrerá a costa, um território imenso com ligação à África do Sul. Os turistas teriam, assim, a oportunidade de observar os animais na reserva e, do outro lado da carruagem, admirarem as praias da região. De acordo com fontes bem informadas, o projecto "eco-turístico" poderá receber luz verde do governo já no primeiro trimestre deste ano.

O certo é que, com este ou outros projectos, Moçambique não deverá perder mais oportunidades para aumentar as receitas e atrair novos investidores, em especial no sector do turismo. Ao mesmo tempo, poderá (re)construir a imagem paradisíaca que encanta os "povos ricos" do hemisfério norte, e é já conhecida de milhares de sul-africanos e de portugueses ex-colonizadores, agora potenciais turistas. ■

Moçambique

ÁFRICA HOJE, JAN/96



Area: 799 380 km²; População (estimativa 1994): 16,9 milhões de habitantes;

Densidade populacional (1994): 21,1 habs./km²

Chefe do Estado e do Governo: Joaquim Alberto Chissano;

Primeiro-Ministro: Pascoal Mocumbi;

Capital: Maputo (1,2 milhões de habitantes);

Outras cidades importantes: Beira (500 mil hab.), Nampula (400 mil hab.), Matola (300 mil hab.), Quelimane (200 mil hab.), Tete (200 mil hab.) e Nacala (125 mil hab.)

Religião: A maioria da população pratica religiões locais animistas, 30% é cristã (essencialmente nos centros urbanos) e 25% é muçulmana (predominantemente no Norte);

Língua: Português como língua oficial, falando-se ainda numerosos idiomas africanos; o país aderiu recentemente à Commonwealth;

Moeda: Metical (MZM)

1 USD	6 039 MZM (taxa média de câmbio 1994)
1 PTE	41 MZM (31.12.94)
1 USD	11 000 MZM (Fins de Novembro 95)
1 PTE	75 MZM (Fins de Novembro 95)

Principais indicadores macro-económicos

	Unidade	1992	1993	1994
PIB pr. cor. (a)	10 ⁹ MZM	3 126	5 463	700
Crescimento real PIB (a)	%	(0,8)	19,2	4,3
Taxa de inflação	%	58,8	49,8	63,0
Bal. trans. cor. (a) (b)	10 ⁹ USD	(739)	(820)	(870)
Exportações FOB (b)	10 ⁹ USD	139	132	125
Importações CIF (b)	10 ⁹ USD	855	955	989
Dívida externa total	10 ⁹ USD	5186	5263	n.d.
Taxa câmbio méd. anual	MZM/USD	2550	3874	6039

Fontes: Câmara de Comércio Portugal Moçambique (The Economist Intelligence Unit - FMI)

(a) O valor de 1994 é estimativa oficial
(b) O valor de 1994 é estimativa do EIU
n.d. - não disponível

ANGOLA

Promessa (in)cumprida adia saída da UNAVEM

A UNITA não cumpriu totalmente as suas «quotas» de aquartelados, mas o Conselho de Segurança prolongou o mandato por mais três meses

EXPRESSO, 10.2.96

LUÍS TIBÉRIO em Luanda

ATÉ ao fim da tarde de ontem, a UNITA tinha aquartelado cerca de 10 mil homens nos campos das Nações Unidas, segundo uma fonte daquela organização. Ou seja, os homens do Galo Negro não respeitaram o compromisso assumido pelo seu líder, Jonas Savimbi, de apresentar 16.500 efectivos até à data-limite de 8 de Fevereiro. E não respeitaram também a nova promessa telefónica feita na quarta-feira por Savimbi a Madeleine Allbright, presidente em exercício do Conselho de Segurança da ONU: 14.500 homens até quinta e mais dois mil até ao final do dia de hoje.

As nuvens não se afastaram, portanto, totalmente do processo de paz em Angola — até porque, como sublinhou Allbright, «mesmo que os 16.500 homens sejam aquartelados, a oportunidade para a paz em Angola será perdida se a UNITA continuar a não cumprir o calendário com o aquartelamento do resto dos seus soldados». Mesmo assim, a UNITA terá

conseguido surpreender a maioria dos observadores: o vaticínio maioritário entre os diplomatas acreditados em Luanda apontava para um máximo de 10 mil homens. Até porque ainda há uma semana apenas 1150 homens estavam aquartelados no campo de Vila Nova e 450 em Londuimbali. Quibaxe e Negage (abertos há duas semanas) continuavam vazios.

Em Lusaca, em Novembro de 1994, a UNITA comprometeu-se a desarmar as suas tropas e deslocá-las para os campos de aquartelamento das Nações Unidas, antes de elas serem desmobilizadas ou integradas nas Forças Armadas Angolanas (FAA). Mas só em 20 de Novembro de 1995 (exactamente um ano após os acordos de Lusaca) começou o aquartelamento — em Vila Nova, a cerca de 40 quilómetros da cidade de Huambo —, logo a seguir à deslocação a Luanda e ao Bailundo do subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose.

No início de Dezembro, a UNITA apenas tinha aquartelado menos de 400 homens

e ainda «ignorava» o campo de Londuimbali (já pronto). Cresciam os rumores de violações (por ambas as partes) do cessar-fogo, de rearmamento da UNITA e de colocação de novas minas em locais já desminados. Af, a poucos dias da visita do Presidente Eduardo dos Santos a Washington, Luanda lançou uma ofensiva militar no Soyo (província do Zaire).

A pretexto de garantir a segurança de instalações petrolíferas, as FAA ocuparam cinco localidades (Sumba, Quicandi, Quipai, Manga Grande e Quinzau) até aí controladas pela UNITA. Paralelamente, a «pressão final» sobre o Huambo fez o resto, voltando a bloquear o processo de paz. Mas em Washington, Eduardo dos Santos acabou por anunciar a retirada das cinco localidades do Soyo — entregando-as ao controlo da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) —, a aceleração da libertação dos prisioneiros da UNITA, a rescisão dos contratos com os mercenários da «Executive Outcomes» e o aquartelamento dos chamados «ninjas».

Mesmo assim, a UNITA «continuou a arrastar os pés em matéria de acantonamento», nas palavras de um diplomata ocidental acreditado em Luanda. E seriam, de novo, os Estados Unidos a marcar o tom. A 19 de Janeiro, Allbright chega para um «raide relâmpago» a Luanda e ao Bailundo, quartel-general da UNITA. Traz um aviso do Conselho de Segurança (embora afirme estar também como enviada especial de Bill Clinton...): a ONU quer acelerar o processo. No final de uma hora de reunião, Savimbi promete a Allbright que (de um total de 62.500 efectivos declarados) 16.500 homens

estariam aquartelados até 8 de Fevereiro, o dia em que o Conselho de Segurança da ONU decidiria o futuro da UNAVEM III.

Depois, vem a Conferência Nacional da UNITA, no final da qual Savimbi afirma que o movimento do Galo Negro está pronto a entregar as armas. No dia seguinte (25 de Janeiro), Savimbi diz na televisão angolana que «até poderá» aquartelar 20 mil e não 16.500 na data anunciada. Nesse momento, apenas 693 militares da UNITA se tinham apresentado... e ainda só em Vila Nova. Além disso, começava a ser sensível o mal-estar provocado pelo perfil dos «aquartelados»: muitos eram adolescentes, desarmados ou com armas «muito antigas».

ONU «ignora» Butros-Ghali

A situação pouco se alterou até 2 de Fevereiro, o dia em que o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, recomendou que o mandato da UNAVEM III fosse prolongado por mais seis meses (até 8 de Agosto) e prometeu relatórios bimensais de avaliação. A uma semana do «deadline», a UNITA tinha cumprido menos de 1/10 da promessa... Mas as coisas iriam mudar... e de novo com o dedo dos Estados Unidos. No dia anterior, Allbright (que acabara de assumir a presidência rotativa do Conselho de Segurança) telefonara a Savimbi dando-lhe um «puxão de orelhas». Segundo Allbright, o líder da UNITA prometeu-lhe que todos os homens estariam nos sítios certos, «se não na quinta-feira [o prazo-limite] pelo menos no sábado. 24 horas depois, «por coincidência», a UNITA acelera subitamente a adesão ao processo, «estreando» mesmo o campo de Negage.

Na quinta-feira, com cerca de 8 mil homens (maioritariamente muito jovens, com idades de 11 a 15 anos, segundo vários testemunhos) aquartelados, o Conselho de Segurança da ONU contraria Butros-Ghali e decide por unanimidade prolongar por apenas três meses o mandato da UNAVEM III, com relatórios mensais. Uma decisão a que, segundo uma fonte das Nações Unidas, não será alheio o custo da «operação Angola»: nada menos de um milhão de dólares por dia.

CONTINUAÇÃO DA PÁG. ANTERIOR

Nem guerra nem paz

Mesa Redonda de Bruxelas. Acompanhado por funcionários dos Departamentos de Estado e da Defesa, Atwood (muito criticado nos meios diplomáticos em Luanda, por ter tentado colar-se à visita de Pinheiro) deixou promessas: a administração Clinton já aprovou 33 milhões de dólares (apoio alimentar, ajuda de emergência e reabilitação) para 1996 e 190 milhões de dólares adicionais para o biénio 1996/97.

Tendo como pano de fundo uma economia devastada por 20 anos de guerra — mas com

um enorme potencial de crescimento e com invejados recursos como o petróleo (700 mil barris/dia) e os diamantes (cujas extracções à margem do controlo do Governo são avaliadas em 4 mil milhões de dólares por semana) —, é a luta pela liderança entre a UE e os Estados Unidos. Com a Rússia a tentar não ficar de fora: na mesma manhã, Eduardo dos Santos recebeu Pinheiro, Atwood e... o vice-ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Boris Kolokov, era portador de uma mensagem de Boris Ieltsin.

Portugal em Angola: o regresso ao futuro

Mesmo se alguns são conhecidos como «empresários de contentor», os portugueses são cada vez mais desejados como parceiros em Angola

EXPRESSO, 24.2.96

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda
e **LUÍS TIBÉRIO**

HISTÓRIAS de prisões quase não há. Mas contam-se às dezenas os vendedores de «gato por lebre», com contentores de óleo alimentar, cerveja e outros bens que chegaram a Luanda (provenientes de diversos portos de Portugal) ou meios ou, pior do que isso, com a mercadoria completamente «truncada».

Mas «para que serve dizer tudo isso a respeito de alguns comerciantes portugueses, em comparação com o que fazem indianos de origem portuguesa e libanesa?». A interrogação foi-nos colocada por Teodoro André, um agente da polícia angolana, tentando desdramatizar aquilo que é um traço característico de uma parte da nova legião de comerciantes portugueses que chegou a Luanda depois da independência.

São os chamados «empresários de contentor», ou seja que se limitam a importar mercadorias em contentores, vender e mandar vir novos contentores — sem nunca investir, sem nunca arriscar. A verdade é que isto não serve para tipificar o

comportamento da maioria dos operadores portugueses em Angola, sobretudo porque há uma gama inversa de pequenos e médios empresários lusos, que (não recebendo nunca partilhar das adversidades próprias de um país em guerra), preferiu afastar-se daquele rumo e assumir uma postura ousada, perspetiva e empreendedora.

Sérias e essencialmente vocacionadas para os grandes investimentos — este é o perfil que pode ser atribuído a pouco mais de meia dúzia de empresas portuguesas, implantadas neste país ainda antes da independência e que nunca deixaram de acreditar nas potencialidades económicas angolanas. É assim sem surpresa que são consideradas prioritárias pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para a liquidação das primeiras «tranches» do volumoso pacote da dívida, contraída por Luanda para com um vasto universo de empresas estrangeiras.

Banca é mercado florescente

Ao contrário do arcaico comerciante português — que assumiu, antes da independência, uma cultura de colonização típica de gente que «velo para trabalhar e aqui fazer a sua vida até

aos seus últimos dias» — os «comerciantes de contentor» não suscitam grande atenção dos angolanos, dada a sua natureza aventureira e pouco expressiva do ponto de vista negocial. Toda a gente reconhece, porém, que há uma maioria de «outros» comerciantes portugueses, por intermédio dos quais através (e dos «emergentes» pequenos e médios empresários locais) foi alimentado, até às eleições, um sistema «reprimido» de comércio intermédio. Que hoje se prolonga, através de encomendas de mercadorias enviadas à consignação para armazéns afiançados.

«O comerciante português, que conhece como ninguém a realidade cultural de Angola neste domínio, continua a possuir um espaço insubstituível». Entre uns e outros, como tradicionais centros de abastecimento às populações locais figuram casas comerciais e industriais com renome implantadas há mais de 30 anos no país como o Quinta e Irmão, os Armazéns do Minho, os Carneiros, Castro e Freire e outras empresas lideradas por portugueses, que fizeram de Angola a sua segunda pátria.

Embora reconhecendo a «utilidade e insubstituibilidade histórica» do empre-

sário português em Angola, os angolanos não deixam de interrogar-se: por que razão (em vinte anos de independência) os portugueses não assumiram, por exemplo, a liderança da reconversão do parque industrial de Luanda, preferindo antes, em termos de indústria, enviar produtos acabados? Ou por que razão, na construção civil, a generalidade dos grandes empreiteiros lusos circunscreveu a sua actividade à reparação ou reconstrução de obras de pequenas e média dimensão, que já existiam desde o período colonial.

«Os empreiteiros portugueses da vaga pós-independência, apostaram na assistência técnica a 'elefantes brancos'. Como a Constrói (por parte da Soares da Costa) ou a Geotécnica (por parte da Teixeira Duarte), funcionaram na generalidade dos casos como não-residentes cambiais e não fizeram uma única obra de raiz em Angola» — lamentou uma fonte do Ministério angolano do Urbanismo e Obras Públicas.

Mercado florescente para os portugueses é, sem dúvida, o bancário, com as operações comerciais a serem lideradas pelo Banco Totta e Açores. A próxima aposta anunciada é a do Banco Comercial Português (BCP), que anunciou este mês que «assim que o processo de paz estiver concluído, o BCP avança imediatamente». O novo banco terá sede em Luanda e o capital será detido, em partes iguais pela instituição de Jardim Gonçalves e por entidades públicas angolanas. Entretanto o BPA (o maior credor de Angola) tem em preparação um projecto de constituição de uma sociedade imobiliária, que deverá congrega interesses angolanos e portugueses (bancários e não bancários) para colmatar a ausência de oferta imobiliária residencial e comercial no país.

Os recados de Pinheiro

Foi, afinal, esta gama de «padrões» portugueses que João de Deus Pinheiro foi encontrar, no início do mês,

MOÇAMBIQUE

Dívida vai a leilão

EXPRESSO, 24.2.96

PORTUGAL poderá voltar a leiloar a dívida de Moçambique a Lisboa, à «semelhança do que já sucedeu no passado, admitiu o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, que quinta-feira concluiu uma visita de seis dias a este país.

Esta hipótese, que, segundo Lamego, «ainda não foi devidamente equacionada», foi ventilada pelo governante português à saída de um «encontro de paz» que manteve em Maputo com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a quem louvou pelo seu papel na «construção da obra comum, que é a democracia».

Durante a sua visita a Moçambique, José Lamego elogiou, em Cahora Bassa, a «persistência» dos portugueses e de Portugal ao ter mantido em funcionamento a barragem ali erguida durante os 16 anos de guerra civil.

José Lamego manifestou ainda o seu reconhecimento e confiança na criação de uma clima «propício ao desenvolvimento da actividade económica em Moçambique», salien-



O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Lamego

entando que os empresários portugueses estarão na «primeira linha» da recuperação da economia moçambicana.

Lamego visitou diversos pontos do

país, incluindo a primeira capital da antiga colónia portuguesa no Índico — a Ilha de Moçambique —, na província nortenha de Nampula, encontrou-se com diversas personalidades políticas e religiosas, empresariais e culturais, incluindo o primeiro-ministro, Pascoal Mocumbi, e os ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Leonardo Simão, e da Educação, do Interior, da Justiça, do Trabalho, da Cultura e da Juventude.

A oferta do Governo português de um lote de equipamento para centros de emprego no valor de 36 mil contos, a disponibilidade de Lisboa para colaborar no desenvolvimento do ensino à distância, a intenção de construir, nos próximos três anos, um Centro Cultural luso e a oferta de assistência técnica no domínio da assessoria em matéria de direitos de autor foram vistos em Maputo como sinais de uma viragem de Portugal no relacionamento com a sua ex-colónia, que acaba de aderir à Comunidade Britânica.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

CONTINUA NA PÁG. SEG.

JOÃO DE MATOS (CEMFA de Angola)

“Não há condições para nova guerra”

EXPRESSO, 28.2.96

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

O CHEFE do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola, general João de Matos, faz o balanço do processo de aquartelamento das tropas da UNITA, refere que há divergências de opinião em alguns pontos mas afirma que não há condições para uma nova guerra no país.

EXPRESSO — Que avaliação faz do processo de aquartelamento das tropas da UNITA?

JOÃO DE MATOS — Em termos globais o balanço não pode ser considerado negativo. O processo continua e houve uma aceleração em Janeiro. No entanto, não corresponde às expectativas porque em Dezembro acordámos com a UNITA que 20 mil dos seus efectivos estariam acantonados até 31 de Janeiro na Vila Nova, Luimdimbali, Quibaxe e Negage. A parte do pessoal aquartelado nesta primeira fase em Vila Nova não é militar mas para militar, membro das milícias e pessoal dos serviços, na sua grande maioria recrutados em finais de 1995.

EXP. — Não acontece o mesmo no Negage?

J.M. — Não. O Negage é uma zona inteiramente controlada pela UNITA e o pessoal aquartelado tem uma qualidade superior. Em Quitexe e Luimdimbali é misto.

EXP. — E em relação ao armamento?

J.M. — Cerca de um terço do armamento transportado pela UNITA para as zonas de acantonamento é ofensivo e encontra-se em bom estado; outro terço é semi-obsoleto e o resto totalmente obsoleto. O mais grave é que este armamento não vem acompanhado das respectivas munições.

EXP. — Teme que a UNITA possa reacender a guerrilha por mais dez anos, como Savimbi disse, se o Governo não der um novo sinal de boa vontade depois do aquartelamento dos 20 mil homens?

J.M. — Não acredito que a UNITA tenha condições psicológicas para voltar à guerra. É preciso que fique claro que são as forças da UNITA que devem ser aquarteladas, não as FAA.

EXP. — Mas o Governo é acusado de importar grandes quantidades de material bélico...

J.M. — Mal temos dinheiro para os nossos planos orçamentais quanto mais para importar material de guerra! Temos material a mais e não precisamos de fazer novas importações. Fizemos uma encomenda em 1994 que foi suspensa temporariamente para evitar desconfianças por parte da UNITA.

EXP. — A UNITA tem recebido armamento?

J.M. — Sabemos que traficantes têm introduzido diverso material a

partir do Zaire mas não estamos preocupados porque não vai alterar a correlação de forças.

EXP. — A contratação da empresa norte-americana MPRI (Military Professional Resources Inc.) destina-se a substituir a empresa sul-africana Executive Outcomes (EO)?

J.M. — As FAA são uma Forças Armadas novas, com poucos anos de existência. Necessitam da cooperação internacional para a sua organização. Temos actualmente uma assessoria bastante frutífera de Portugal para a reestruturação das FAA, organização dos Estados Maiores dos vários ramos, formação da Polícia Militar, etc. Temos acordos de formação com o Brasil em estabelecimentos civis e militares, formamos oficiais em França e em breve o faremos na África do Sul e nos EUA.

EXP. — O papel da EO foi muito polémico. Já não opera em Angola?

J.M. — Em 1992 as FAA estavam em fase de arranque e o seu embrião ficou desmembrado com a retirada do pessoal da UNITA. Era então difícil obter apoio internacional para a sua reorganização e tivemos que recorrer a uma empresa privada que, no quadro de acordos de cooperação com as FAA, desempenhou um papel a todos os títulos louvável.

EXP. — Mas a UNITA continua a exigir a saída dos elementos da EO que diz permanecerem em Angola.

J.M. — Ao abrigo do protocolo de Lusaca, a EO foi obrigada a cessar de cooperar connosco e os seus efectivos foram retirados na totalidade.

EXP. — A UNITA acusa o Governo de não querer incorporar

CONTINUA NA PÁG. SEG.

“Mal temos dinheiro para os nossos planos orçamentais quanto mais para importar material de guerra! Temos material a mais e não precisamos de fazer novas importações”

CONTINUAÇÃO DA PÁG. ANTERIOR

Portugal em Angola: o regresso ao futuro

na sua visita a Angola, onde foi levar a «primeira» fatia da verba prometida pela União Europeia (UE) na Mesa Redonda de Doadores. Ainda por cima, a visita de Pinheiro tinha um toque «picante»: os rumores de que a sua comitiva incluía diversos empresários alemães.

Afinal, o comissário europeu (responsável pelas relações da UE com os países da África, Caraíbas e Pacífico) ia mesmo sem empresários. Mas encontrou-os lá: num jantar com 49 empresários portugueses (sobretudo ligados à construção, mas também de empresas como a Petrogal ou a Tabaqueira) em Luanda.

Segundo um dos partici-

pantes no jantar, Pinheiro foi bastante informal, sugerindo-lhes que fossem estando «atentos» ao ritmo de chegada dos dinheiros da Mesa Redonda dos Doadores. «Despertou-os» também para a cooperação, via institutos de cooperação (como o ICE em Portugal), assessorados por bancos de investimento.

É que esta fórmula merece a confiança do Banco Europeu de Investimentos (BEI). De outra forma, e porque o BEI não tem antenas locais (os países ACP são menos de 5 por cento das acções do banco), o processo é muito lento e estereotipado: são tratados da mesma forma um projecto de 5 mil e

outro de 500 mil contos.

Em contrapartida, Pinheiro ouviu queixas dos empresários lusitanos: eles queixaram-se sobretudo da velocidade de caracol (e, mesmo, ineficácia) do CDI. O comissário admitiu a justeza das críticas ao tradicional funcionamento do CDI, mas aproveitou para apresentar «obra feita»: desde a chegada do novo responsável (por sinal, um português, Matos Rosa) o prazo de decisão sobre os projectos passou dos habituais 9 meses a 2 anos para uns rápidos 2 a 3 meses.

O antigo ministro português explicou detalhadamente os mecanismos de apoio ao sector privado (como o CDI) e sugeriu que os

empresários se juntassem (um recado à ausência de associativismo) e contratassem «um jovem jurista que estudasse bem a Convenção de Lomé», numa alusão clara às potencialidades financeiras dos instrumentos de cooperação entre a UE e os países ACP como Angola.

Para que não restassem dúvidas, Pinheiro deixou um incitamento: o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, está empenhado na constituição de uma base empresarial angolana e de «joint-ventures» com empresas estrangeiras. E mais: para as autoridades de Luanda, «o futuro está no investimento privado e não no estatal».

Oposição ao PR cresce no MPLA

EXPRESSO, 28.2.96

A OPOSIÇÃO à liderança do Presidente José Eduardo dos Santos está a crescer dentro da direcção do MPLA. A reunião do Comité Central (CC) do MPLA, que teve lugar em Luanda no passado fim-de-semana, saldou-se numa vitória da chamada corrente presidencialista mas confirmou que a era dos consensos, imposta pela situação de guerra chegou ao fim.

A consolidação do processo de paz, o agravamento da crise económica e social e a perspectiva de ter que defrontar uma oposição política mais aguerrida quando a UNITA decidir ocupar os seus lugares no Governo e no Parlamento parecem ter acordado o MPLA da letargia em que mergulhou depois das eleições de Setembro de 1992.

Por um lado, José Eduardo dos Santos e os conselheiros do Futungo (sede da Presidência) são acusados de «ignorar a existência de um partido que ganhou as eleições», segundo disse ao EXPRESSO um dirigente do MPLA destacado no interior. Por outro, o MPLA como partido maioritário não quer pagar o preço de uma política de reformas económicas, necessariamente impopulares, acerca das quais pouco ou nada pode dizer.

«Não se pode dirigir um partido quando o seu cofre está no Futungo e os secretários não vêm o líder durante meses», desabafa um funcionário da sede do MPLA, numa alusão ao ostracismo a que foi votado Lopo do Nascimento, actual secretário-geral.

Presidência cria obstáculos

Francisco Paiva «N'Vunda», um «histórico» que foi ministro do Interior e amigo pessoal de Eduardo dos Santos, foi ainda mais contundente

quando explicou em plena reunião do CC as razões que o levaram a recusar a pasta da Defesa. Disse que não queria servir de «bode expiatório» para um estilo de governação «perverso».

Existe, com efeito, uma aparente convergência entre a insatisfação pela forma como José Eduardo dos Santos está a conduzir os destinos do Partido e as queixas de um sector do Governo que acusa o presidente de levantar obstáculos à acção do Executivo de Marcolino Moco.

«É preciso dizer de uma vez por todas que os maiores obstáculos às reformas estão na Presidência», disse ao EXPRESSO um economista do MPLA. Razão pela qual o grupo de economistas encarregado de gizar um novo plano de reformas preferiu entregar as suas propostas a Lopo do Nascimento para serem discutidas pelo CC. O Presidente não gostou e remeteu a análise destes documentos para o Bureau Político.

A corrente presidencialista conseguiu também derrotar a proposta de realização, antes do fim do ano de um congresso aberto do MPLA para «saldar em definitivo velhas e novas contas». Em compensação ficou assente a convocação, nos próximos meses, de uma conferência nacional sem poderes deliberativos nem capacidade para «mexer» na actual direcção do Partido.

O papel fulcral de Eduardo dos Santos no processo de paz é o argumento que tem permitido até agora calar as vozes críticas. No entanto, os mais radicais, dentro do MPLA, começam a falar em «chantagem» visando impedir a democracia interna. O debate sobre o sistema de eleição dos dirigentes, o centralismo democrático e o culto da personalidade foi adiado mas extravasou para fora do CC do MPLA.

G.C./N.G.

Fundador e dissidente do MPLA Morreu Daniel Chipenda

PÚBLICO, 29.2.96

MORREU ONTEM, no Hospital Distrital de Cascais, Daniel Júlio Chipenda, vítima de diabetes, doença de que sofria há algum tempo. O «velho Chip», como gostavam de lhe chamar os amigos, foi um dos fundadores do MPLA e dedicou os últimos anos da sua vida, já «na qualidade de independente», à «paz definitiva» em Angola.

Daniel Chipenda, que completaria em Maio 65 anos, era natural do Lobito. Em Coimbra, frequentou o curso de Geologia da Faculdade de Ciências. Desportista entusiasmado, foi jogador de futebol, titular da Académica e do Sport Lisboa e Benfica. Ainda na «cidade dos doutores», foi preso pela primeira vez pela PIDE, em 1961. No ano seguinte, fugiria para Marrocos.

Um dos raros angolanos da etnia ovimbunda que alcançaram posição de relevo no Papa Paulo VI com os presidentes dos movimentos de libertação Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane.

«Depois, houve problemas entre mim e o camarada Neto», como recordou numa entrevista ao PÚBLICO (27/3/92). Em MPLA durante a época colonial, Chipenda ocupou primeiro a presidência da Juventude do Movimento, destacando-se depois como comandante da luta armada. Em 1970, organizou a Conferência de Roma, que culminou no encontro do

1974 — ano em que, na Cimeira de Lusaca, chegou a ser eleito para a presidência do MPLA — rompe com Agostinho Neto e, em 1975, lidera a chamada Revolta do Leste. Com o início da guerra civil, junta-se à FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de Holden Roberto, com quem rompe no ano seguinte. De novo em Portugal, cria a Convergência Nacional Angolana.

Regressado ao MPLA no final dos anos 80, Chipenda foi um dos obreiros do estreitamento de relações com a África do Sul, director de campanha do Movimento e um dos mais aguerridos adversários de Jonas Savimbi. «O nosso inimigo não é a UNITA, mas sim o ditador Savimbi», afirmou quando da apresentação da Plataforma para a Unidade da Família MPLA, em Março de 1992.

Nos últimos anos, a sua luta orientou-se no sentido de alcançar «a paz definitiva» para Angola. Em 1992, poucos meses corridos sobre a sua nomeação para o bureau político do MPLA, voltou a abandonar o partido, para concorrer às eleições presidenciais pelo Partido Nacional Democrático de Angola, uma pequena organização política. Foi o quarto candidato mais votado.

O chefe da representação da UNITA em Portugal, Isaac Wambembe, classificou a morte de Daniel Chipenda como «uma perda irreparável» para Angola. ■ P.R.M.

CONTINUAÇÃO DA PÁG ANTERIOR

JOÃO DE MATOS (CEMFA de Angola)

«Não há condições para nova guerra»

todos os seus generais nas Forças Armadas unificadas...

J.M. — Não é verdade que só queremos integrar três generais. Mas é certo que só temos mais seis lugares para eles. Além desse número não cabe mais nenhum. No entanto, mantemos o princípio de incorporação global que permitirá à UNITA manter os oficiais excedentes no comando das tropas em via de desmobilização com o mesmo estatuto que os oficiais do quadro permanente.

EXP. — Esta solução está longe de corresponder às reivindicações dos militares da UNITA...

J.M. — Deixe-me dizer que actualmente três dos meus quatro adjuntos são provenientes da UNITA. Foi a UNITA que se retirou das FAA depois das eleições. Não podemos agora mandar para a casa quem está

aqui a trabalhar para deixar o lugar a quem fez a guerra contra nós. Não acredito que todos os 40 generais que a UNITA diz possuir queiram incorporar-se nas FAA sabendo que há outros lugares para ocupar no Governo, no Parlamento, na administração civil das províncias ou nas empresas.

EXP. — Acha então que não há perigo de uma nova guerra em Angola?

J.M. — O que há são divergências acerca do enquadramento de todo o pessoal da UNITA que podem ser ultrapassadas.

Podem haver indivíduos que não estão satisfeitos com o processo, forças internas ou externas que instiguem a uma nova guerra mas não a conseguirão. Não há condições para uma nova guerra em Angola.

Escolas primárias moçambicanas começam o ano sem livros

Grátis mas atrasados

PÚBLICO, 28.2.96

José Pinto de Sá
em Maputo

O ano lectivo em Moçambique anunciara-se bem: a Caixa Escolar ia distribuir livros gratuitos e politicamente correctos. Mas as aulas já começaram e nem sinal dos novos manuais. Agora é preciso comprar os antigos, politicamente incorrectos. E que só existem no mercado negro.

Muthombeni Muhai está furioso e até escreveu para um jornal a queixar-se. Natural de Maputo, com três filhos em idade escolar, sabe o que lhe têm custado, em anos anteriores, as despesas com o ensino dos miúdos. Devido à escassez de manuais escolares, os livros desaparecem depressa das livrarias e só se encontram (quando se encontram) nas bancas do mercado paralelo, a preços de especulação.

Homem prevenido, Muhai, antes que o 13º mês se esfumasse em despesas natalícias, resolveu comprar os livros para os filhos logo em Dezembro, sem esperar por Fevereiro, início do ano escolar em Moçambique.

Só há dias, quando foi assistir à sessão de abertura do ano lectivo na Escola Primária da Coop, se arrependeu de tanta previdência. Na sua intervenção, a directora informou os pais dos alunos de que haveria novos livros este ano, a distribuir gratuitamente. "O ministério da Educação devia ter informado oportunamente sobre o assunto na altura do encerramento do ano lectivo de 95", considera Muhai, queixando-se do "esbanjamento forçado do pouco dinheiro" que tem.

No entanto, a directora da escola foi avançando que a

chegada dos livros pode ainda estar longe. Os da primeira e da segunda classes foram impressos na África do Sul e não devem tardar, mas os da terceira à sétima, encomendados na Índia, vão demorar. Trata-se de material importado por via marítima e talvez só seja distribuído no segundo trimestre. Assim, enquanto esperam pelos novos manuais gratuitos, os alunos devem comprar os antigos e ir estudando por eles até os outros chegarem.

"Não adiantou nada", notam os encarregados de educação. "Não pagamos pelos livros novos mas temos de pagar pelos velhos..."

Para os tranquilizar, o director comercial da Distribuidora Nacional de Material Escolar explica que "os preços serão simbólicos, porque [os livros] terão pouca duração". Onório Reis não precisou, contudo, a forma como o Governo pensa convencer os comerciantes a aceitarem esses preços "simbólicos", sabendo-se que o número irrisório de livros que restam do "stock" anterior vai por certo gerar uma especulação desenfreada.

Revisão política dos livros

Além dos prejuízos financeiros, a descoordenação verificada em toda a questão dos manuais não deixará de afectar o aproveitamento escolar. "Para a primeira classe não receamos grandes problemas porque há um período de mês e meio reservado à ambientação dos alunos, mas nas restantes classes a situação já é diferente", considera Feliciano Elias, directora da Escola Primária do Jardim, nos arredores de Maputo.

Para a sua colega Teodósia Cossa, da Escola Primária do Infulene/Benfica, o caso mais preocupante é o do livro de História da quarta classe, que sofreu alterações de carácter político em cerca de 90 por cento dos casos. "Aqui espero que os alunos possam ter problemas porque não há nada a fazer senão esperar pela

chegada do livro. Nas outras disciplinas e classes temos estado a utilizar o livro antigo."

O processo de revisão política dos livros escolares, iniciado em 1994 pelo Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, só estará concluído dentro de dois ou três anos. Mas os livros deste ano já sofreram a alteração de "algumas imagens e expressões de natureza ideológica", segundo o ministro da Educação. Como Arnaldo Nhavoto explicou, para tornar os manuais do ensino primário mais conformes com a realidade que se vive em Moçambique desde a democratização, já começaram a ser

omitidos "aspectos ligados à partidarização, à guerra, entre outros".

Reservada a todos os alunos da primeira à sétima classes do ensino primário oficial, estimados em mais de 1,8 milhões, a distribuição dos livros integra-se no programa operativo da Caixa Escolar, que para o efeito recebeu quatro milhões de dólares (cerca de 600 mil contos) do Banco Mundial. Banida e condenada ao opróbrio como símbolo humilhante do colonial-fascismo no ensino, a Caixa Escolar foi este ano reabilitada, com o apoio financeiro da Suécia e da Holanda. ■



« Raça, género e economia na política de emancipação britânica » « A transição da escravidão no Caribe britânico » « Afro-brasileiros e identidade étnica no Rio de Janeiro » « Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro » « O princípio da acção afirmativa e o progresso racial » « Contracorrentes na Diáspora: negros coloniais e caribenhos » « Aspectos sociopolíticos do racismo na Venezuela » « Multiculturalismo e a negação do racismo nos Países Baixos » « Duss variantes das relações raciais no Caribe » « Narrativas de igualdade racial no Brasil, no México e em Cuba » « Documento: o Relatório Alcorado »

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

COLIN I
UNIVER
ER.

I M P R E S S O